

MINERAIS DA AMAZÔNIA

# Amazonino e Dutra defendem exploração

BRÁSILIA — A entrevista do governador Amazonino Mendes ao "Correio Braziliense", sexta-feira última, dia 10, e o pronunciamento do deputado José Dutra (PMDB-AM) na Assembléia Nacional Constituinte, no dia 8, sobre dispositivos do anteprojeto de Constituição oriundo da Comissão de Sistematização, envolvendo o polémico problema das terras indígenas, tiveram ampla repercussão nos meios políticos e segmentos ligados ao problema.

Em certo trecho do seu discurso na Assembléia Nacional Constituinte, o deputado José Dutra foi duro: "O artigo em questão (434), na forma em que se encontra redacionado, na verdade, se destina a esterilizar a exploração de minérios nas terras indígenas, com a indispensável finalidade de anestesiar o desenvolvimento econômico e social nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e no Território de Roraima, isto é, em toda a Amazônia Ocidental, fato que se pode cristalinamente configurar como um crime terrível contra os índios, contra a Amazônia e contra o Brasil". Em outra passagem afirmou o parlamentar pemedebista: "Como amazonense que representa o seu Estado nesta Assembléia Nacional Constituinte, não posso admitir essa idéia que resultou incrustada no anteprojeto sob enfoque. O chicote de minha palavra se fará sentir no dorso de todos aqueles que se insurgirem contra os interesses do Norte e da Amazônia". Outro importante tópico do discurso do deputado José Dutra: "O dispositivo do anteprojeto contra o qual me insurjo, tem defensores nesta Assembléia Nacional Constituinte e, como democrata, o respeito a todos. Mas não posso deixar de sublinhar que esses constituintes estão sendo usados pelos falsos defensores dos índios brasileiros, que não querem o bem-estar das populações indígenas, não desejam o desenvolvimento da Amazônia e não admitem o progresso do Brasil, simplesmente porque não são brasileiros e não amam o nosso País. Essas figuras que diariamente aparecem defendendo os índios não admitem a presença de empresas privadas nacionais nas terras indígenas, para desenvolverem a atividade de mineração, porque entendem que essa presença contribuirá para a destruição da cultura e dos costumes indígenas, além de promover o seu próprio extermínio. Nada mais falso e mais gracioso, porque essa idéia só encontra campo fértil para a sua proliferação na mente de pessoas inteiramente divorciadas da nossa realidade indígena ou daquele que, deliberadamente, não estão interessados no nosso desenvolvimento e, muito



Carlos Dias

José Dutra

menos, no bem-estar dos índios. Isso porque a exploração dos minérios por empresas, jamais servirá para destruir esses valores. Na verdade, essa exploração com a participação financeira dos índios nos resultados da mineração, servirá para evitar a destruição desses mesmos valores: Se isso tivesse ocorrido no passado, por certo que os índios não estariam na situação de penúria em que se encontram e grande parte de sua cultura não teria sido destruída". Mais adiante diz o deputado José Dutra: "No que diz respeito à exploração mineral em terras indígenas, constata-se um verdadeiro choque entre os falsos defensores e os próprios indígenas. Os defensores combatem com veemência a presença da empresa nacional para exploração mineral nessas áreas. Por outro lado, os índios Alvaro Tucano, Benedito Machado, Edson Rodrigues, Pedro Machado, Julio Goes Pinto, Carlos Eugênio Machado, Claudio Barreto e Francisco Apolinário, representantes das tribos indígenas do Alto Rio Negro, no Amazonas, com os quais tive a oportunidade de conversar demoradamente ontem, me afirmaram que são inteiramente favoráveis à exploração mineral em suas terras pela empresa privada nacional, já que, segundo eles, com os "royalties" recebidos, podem resolver os seus problemas de alimentação, de saúde e de educação. Essas lideranças indígenas a mim deixaram muito claro que não precisam que ninguém fale por elas, sem ouvi-las, para defenderem os seus direitos e os seus interesses, justamente para que não lhes causem irreparáveis prejuízos.

Mostraram-se insatisfeitos, descontentes e revoltados com uma denúncia formulada desta mesma tribuna a respeito de um con-

vênio por eles celebrado com uma empresa privada nacional para exploração de minérios em suas terras, justamente porque, quando firmaram esse pacto o fizeram com a consciência de que estavam zelando pelo bem-estar de seus liderados e com a concordância de todos eles, justamente porque os resultados financeiros desse convênio é que lhes está permitindo mitigar as suas enormes dificuldades e solucionar vários de seus problemas. Entendo, Senhor Presidente, que chegou a hora de se colocar um basta nos passos de todos aqueles que se intitulam defensores dos índios, falam por eles sem nenhuma procuração mas, propositadamente, nunca refletem o pensamento dessas populações. Não faço essa afirmação por entender que assim deve acontecer, mas porque esse é o pensamento das lideranças indígenas do meu Estado que, devidamente amadurecidas, querem assumir o comando dos seus destinos, defendendo os seus direitos e interesses, mesmo com a assistência da Fundação Nacional do Índio, que lhes representam legalmente. Não posso por isso admitir que, no texto constitucional sob elaboração, se decreta que as populações indígenas e da Amazônia devem deixar de ser pobres para serem miseráveis; não posso aceitar que essas mesmas populações, amanhã, deixem de ser miseráveis para serem párias; não posso conceber que, mais adiante, deixem de ser párias para serem mendigos enfeitados pelo resto da comunidade nacional".

A entrevista do governador Amazonino Mendes ao "Correio Braziliense", também sobre problema de terras indígenas, calou fundo nesta cidade porque o chefe do Executivo amazonense em algumas passagens criticou os falsos defensores dos índios. O governador iniciou a sua entrevista ao jornal da capital federal afirmando: "O povo do Amazonas confia no deputado Bernardo Cabral e na sua capacidade para impedir que se cometa mais este crime contra o desenvolvimento de seu próprio Estado e de todo o Norte do País" eis alguns trechos da entrevista do governador Amazonino Mendes ao "Correio Braziliense":

CB — Quais as restrições a esta tese de admissão das "nações indígenas"?

Amazonino — Simplesmente este conceito representa a separação, na prática, de parte do atual território brasileiro. O País teria soberania restrita dentro dessas áreas, conforme a proposição que alguns grupos mais radicais tentam impor à nova Constituição. Estes "santuários" do povos indígenas surgiriam a partir da louvá-

vel preocupação em preservar a cultura mais fraca diante de uma forte comunidade envolvente. De fato teríamos a redução do território brasileiro, pela transformação em letra morta de boa parte dos marcos políticos de uma fronteira em todo o Norte.

**CB** — Mas os índios não conhecem esses marcos políticos de delimitação entre países...

**Amazonino** — Exatamente por isto é que teríamos a redução do país Brasil e o surgimento de um verdadeiro estado multinacional indígena de fato, considerando-se que teses deste tipo também vêm sendo propagadas em outros países da Região Amazônica. Por coincidência, esse vasto território concentra boa parte das riquezas hoje conhecidas no Mundo na área mineral. Minerais muitas vezes estratégicos, cuja distribuição de mercado a nível mundial hoje configura posições extremamente convenientes para grandes grupos multinacionais.

**CB** — O sr. sugere uma relação clara entre essa tese em análise dentro da Constituinte brasileira e esses interesses?

**Amazonino** — Certamente não chega a tanto. Mas não deixo de registrar as coincidências. Coincidências extremamente claras e convenientes. Imobilizar o Norte brasileiro e boa parte da Amazônia que se estende por outros países representaria a garantia de muitas outras décadas de controle dos mercados internacionais de vários minerais, nas mãos dos grupos, que hoje ostentam essa situação. Grupos com fortes interesses e ligações multinacionais, inclusive nos países que sediam muitas das organizações leigas ou religiosas que estão na linha de frente dessa luta por transformar as terras indígenas em santuários intocáveis.

**CB** — De qualquer forma é preciso respeitar a cultura indígena e a vontade dessas comunidades...

**Amazonino** — Certamente. Daí porque, apoiamos com muito vigor a proposta de admitir o aproveitamento mineral das jazidas porventura existentes em terras indígenas, sob condições e controles muito claros e rigorosos. Em primeiro lugar, é preciso contar com a devida autorização da comunidade indígena. Depois, é também indispensável repartir os benefícios dessa exploração com essas mesmas comunidades. Finalmente, é importante restringir o acesso à exploração dessas jazidas. Esse trabalho deve ser feito apenas por empresas privadas nacionais.

**CB** — Ou pelo próprio governo federal...

**Amazonino** — Discordo. O papel do Estado não é entrar em atividades econômicas de natureza eminentemente privada. Não tem sentido o governo, direta ou indiretamente, retirar recursos de áreas próprias e vitais, como saúde, educação, habitação social, transporte coletivo, saneamento, para aplicar na exploração mineral. É uma intromissão indevida e de alto risco. Se houver prejuízos na exploração, os contribuintes serão duplamente penalizados: pela perda do que poderia ter sido investido em áreas de interesse social e não foi, além de precisar desviar parte dos impostos arrecadados para cobrir os prejuízos desse empreendimento.

Sendo investimento privado, o problema será do corpo de acionistas da empresa que estiver nesse projeto. Se houve eficiência, bom para a comunidade indígena, que terá uma parte dos lucros; bom para o Estado, que terá um aumento nas receitas tributárias; bom para a comunidade esta-

dual, que terá os benefícios da geração de empregos e do desenvolvimento regional; bom para o País, que terá seu quinhão na arrecadação de tributos e poderá gerar mais receitas com a eventual exportação desses minérios (ou então economizar divisas com a eliminação de importações); e bom para os acionistas da empresa, por que não?

**CB** — Essa idéia de Federação, inclusive, não tem definição prática no Brasil...

**Amazonino** — É verdade. A União centraliza demais as coisas. E este é outro ponto que todos nós esperamos ver reparado pela nova Constituição. Uma Constituição que consagre a reforma tributária que redistribua recursos e tarefas. Uma Carta Magna que seja sintética e de princípios, deixando ao livre e adequado arbítrio dos estados-membros da Federação brasileira as decisões mais detalhadas e casuísticas, conforme o interesse de suas comunidades e respeitada a norma maior.

**CB** — No caso específico da luta contra as teses e propostas para transformar as terras indígenas em santuários, haveria algum movimento organizado da Região Amazônica?

**Amazonino** — Estamos nos organizando nesse sentido. Apesar de termos a sorte de contar com o preparo e o conhecimento que o deputado Bernardo Cabral tem da realidade regional, estamos articulando as forças políticas do Norte — em caráter suprapartidário — para respaldar em definitivo o movimento de contenção dessa proposta alienígena e altamente lesiva aos mais legítimos interesses nacionais — inclusive das próprias comunidades indígenas — que ficariam condenados à miséria.